

EDITAL Nº 331/2023-PRH

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, no uso de suas atribuições e considerando o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, o art. 27, inciso IX, da Constituição Estadual, a Lei Complementar nº 108/2005, artigos 21, 22 e 23 da Lei Estadual nº 20933, de 18/05/05, a Portaria nº 147/2022-SETI, as Resoluções nºs 30/2013-CAD, 166/2021-CAD, 264/2022-CAD e 052/2023-CAD e o Ato Executivo nº 01/2023-GRE e a necessidade temporária de excepcional interesse para a continuidade do serviço público, TORNA PÚBLICO o presente Edital que estabelece instruções destinadas à realização de Processo Seletivo Simplificado (PSS) de PROFESSOR TEMPORÁRIO, conforme segue.

1. DA CONDICIONALIDADE E DO REGIME JURÍDICO

1.1 A contratação ocorrerá em Regime Especial com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e artigo 27, inciso IX, da Constituição Estadual, na Lei Complementar nº 108, de 18 de maio de 2005, no Decreto Estadual nº 4.512, de 1º de abril de 2009.

1.2 O contrato poderá ter prazo máximo de 02 (dois) anos, já considerando as prorrogações permitidas em Lei.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 O PSS tem por objetivo atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com a Lei Complementar nº 108 de 18/05/2005.

2.2 Os aprovados e contratados por este Edital terão o horário de trabalho estabelecido de acordo com as necessidades do departamento requisitante, podendo ser no período matutino e/ou vespertino e/ou noturno, inclusive aos sábados.

2.3 Os requisitos para a área de conhecimento ou matéria, previstos no item 4, deverão ser comprovados no ato da contratação, momento este, em que tais requisitos serão analisados.

2.4 A inscrição no PSS será integralmente por meio eletrônico, inclusive a apresentação do currículo documentado e da Cédula de Identidade (RG), que deverão ser anexados no momento da inscrição.

3. DO SALÁRIO BASE E TAXA DE INSCRIÇÃO

3.1 A taxa de inscrição é de R\$ 199,23 (cento e noventa e nove reais e vinte três centavos) que deverá ser recolhida até o dia **09/01/2023**.

3.2 O vencimento mensal já considerado o adicional de titulação em vigor é:

Classe	40 h/s	24 h/s	20 h/s
Professor Auxiliar (graduado)	R\$ 3.607,51	R\$ 2.164,51	R\$ 1.803,76
Professor Auxiliar (especialista)	R\$ 4.509,38	R\$ 2.705,64	R\$ 2.254,70
Professor Assistente (mestre)	R\$ 6.222,98	R\$ 3.733,79	R\$ 3.111,50
Professor Adjunto (doutor)	R\$ 9.383,94	R\$ 5.630,36	R\$ 4.691,99

- Incentivo sobre o título de especialização - 25% sobre o salário do Professor Auxiliar

- Incentivo sobre o título de mestre - 50% sobre o salário do Professor Assistente

- Incentivo sobre o título de doutor - 80% sobre o salário do Professor Adjunto

4. DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO OU MATÉRIAS, REQUISITOS, NÚMERO DE VAGAS E CARGA HORÁRIA**CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE MEDICINA**

Área de conhecimento ou matéria(s):	(01) Cirurgia Pediátrica
Nº de vaga(s) e carga horária:	1 vaga / 40 horas semanais DTD00481-2-0-40
Local de atuação:	Câmpus Sede
Requisito(s):	Graduação em Medicina com Residência Médica em Cirurgia Pediátrica reconhecido pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), ou com Título de Especialista em Cirurgia Pediátrica, reconhecida pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Pediátrica.
Tipos de prova:	Avaliação de Títulos e Currículo

Área de conhecimento ou matéria(s):	(02) Doenças Transmissíveis
Nº de vaga(s) e carga horária:	1 vaga / 40 horas semanais DTD00033-2-0-40
Local de atuação:	Câmpus Sede
Requisito(s):	Graduação em Medicina com Residência Médica em Infectologia reconhecido pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM).
Tipos de prova:	Avaliação de Títulos e Currículo

Área de conhecimento ou matéria(s):	(03) Ginecologia e Obstetrícia (I)
Nº de vaga(s) e carga horária:	2 vagas / 40 horas semanais DTD00328-2-0-40 DTD00454-2-0-40
Local de atuação:	Câmpus Sede
Requisito(s):	Graduação em Medicina com Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), ou Título de Especialista em Ginecologia e Obstetrícia, registrado no Conselho Regional de Medicina.

Tipos de prova:	Avaliação de Títulos e Currículo
Área de conhecimento ou matéria(s):	(04) Ginecologia e Obstetrícia (II)
Nº de vaga(s) e carga horária:	1 vaga / 24 horas semanais DTD00327-2-0-24
Local de atuação:	Câmpus Sede
Requisito(s):	Graduação em Medicina com Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia, reconhecido pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), ou Título de Especialista em Ginecologia e Obstetrícia, registrada no Conselho Regional de Medicina, e Título de Especialista em Mastologia.
Tipos de prova:	Avaliação de Títulos e Currículo
Área de conhecimento ou matéria(s):	(05) Ginecologia e Obstetrícia (III)
Nº de vaga(s) e carga horária:	1 vaga / 24 horas semanais DTD00487-2-0-24
Local de atuação:	Câmpus Sede
Requisito(s):	Graduação em Medicina com Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e/ou com Título de Especialista em Ginecologia e Obstetrícia, registrado no Conselho Regional de Medicina.
Tipos de prova:	Avaliação de Títulos e Currículo
Área de conhecimento ou matéria(s):	(06) Ginecologia e Obstetrícia (IV)
Nº de vaga(s) e carga horária:	1 vaga / 20 horas semanais DTD00540-2-0-20
Local de atuação:	Câmpus Sede
Requisito(s):	Graduação em Medicina com Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e/ou com Título de Especialista em Ginecologia e Obstetrícia, registrado no Conselho Regional de Medicina.
Tipos de prova:	Avaliação de Títulos e Currículo
Área de conhecimento ou matéria(s):	(07) Otorrinolaringologia
Nº de vaga(s) e carga horária:	1 vaga / 24 horas semanais DTD00031-2-0-24
Local de atuação:	Câmpus Sede
Requisito(s):	Graduação em Medicina com Residência Médica em Otorrinolaringologia reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM).
Tipos de prova:	Avaliação de Títulos e Currículo
Área de conhecimento ou matéria(s):	(08) Pediatria (I)
Nº de vaga(s) e carga horária:	1 vaga / 40 horas semanais DTD00538-2-0-40
Local de atuação:	Câmpus Sede
Requisito(s):	- Graduação em Medicina com Residência Médica em Pediatria reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e/ou Título de Especialista em Pediatria reconhecidos pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) / Associação Médica Brasileira (AMB).
Tipos de prova:	Avaliação de Títulos e Currículo
Área de conhecimento ou matéria(s):	(09) Pediatria (II)
Nº de vaga(s) e carga horária:	1 vaga / 24 horas semanais DTD00434-2-0-24
Local de atuação:	Câmpus Sede
Requisito(s):	- Graduação em Medicina com Residência Médica em Pediatria reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e/ou Título de Especialista em Pediatria reconhecidos pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) / Associação Médica Brasileira (AMB).

Tipos de prova:	Avaliação de Títulos e Currículo
Área de conhecimento ou matéria(s):	(10) Reumatologia
Nº de vaga(s) e carga horária:	1 vaga / 40 horas semanais DTD00517-2-0-40
Local de atuação:	Câmpus Sede
Requisito(s):	- Graduação em Medicina com Residência Médica em Reumatologia reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM).
Tipos de prova:	Avaliação de Títulos e Currículo

Área de conhecimento ou matéria(s):	(11) Saúde Coletiva
Nº de vaga(s) e carga horária:	1 vaga / 20 horas semanais DTD00539-2-0-20
Local de atuação:	Câmpus Sede
Requisito(s):	- Graduação em Medicina, com Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM).
Tipos de prova:	Avaliação de Títulos e Currículo

Área de conhecimento ou matéria(s):	(12) Semiologia Médica
Nº de vaga(s) e carga horária:	2 vagas / 40 horas semanais DTD00445-2-0-40 DTD00484-2-0-40
Local de atuação:	Câmpus Sede
Requisito(s):	- Graduação em Medicina com Residência Médica em Clínica Médica reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e/ou Título de Especialista em Clínica Médica emitido pela Associação Médica Brasileira (AMB), devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina.
Tipos de prova:	Avaliação de Títulos e Currículo

Área de conhecimento ou matéria(s):	(13) Urologia (I)
Nº de vaga(s) e carga horária:	1 vaga / 40 horas semanais DTD00467-2-0-40
Local de atuação:	Câmpus Sede
Requisito(s):	Graduação em Medicina com Residência Médica em Urologia reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM).
Tipos de prova:	Avaliação de Títulos e Currículo

Área de conhecimento ou matéria(s):	(14) Urologia (II)
Nº de vaga(s) e carga horária:	1 vaga / 24 horas semanais DTD00279-2-0-24
Local de atuação:	Câmpus Sede
Requisito(s):	Graduação em Medicina com Residência Médica em Urologia reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM).
Tipos de prova:	Avaliação de Títulos e Currículo

5. DA RESERVA DE VAGA PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

5.1 Ao candidato com deficiência, amparado pelo artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal e pela Lei Estadual nº 18.419, de 07 de janeiro de 2015, fica reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas ofertadas por área de conhecimento ou matéria, quando o quantitativo de vagas assim o permitir.

5.2 O percentual de vagas a ser reservado para a função prevista neste Edital à pessoa com deficiência será observado ao longo do período de validade do PSS, inclusive em relação às vagas que surgirem ou que forem criadas e que vierem a ser preenchidas por candidatos classificados, desde que o quantitativo de vagas por área de conhecimento ou matéria assim permita.

5.2.1 Quando a aplicação do percentual de reserva às pessoas com deficiência resultar em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas no cargo.

5.3 São consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nos critérios especificados no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de

1999, Lei Estadual nº 16.945, de 18 de novembro de 2011, na Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 e demais normas que venham a ampliar o rol de critérios para pessoas com deficiência, conforme prevê o artigo 50 da Lei Estadual nº 18.419, de 07 de janeiro de 2015.

5.4 O candidato com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas na Lei Estadual nº 18.419, de 07 de janeiro de 2015, participará do PSS em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne:

- a) à avaliação e aos critérios de aprovação;
- b) à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5.5 Ficam asseguradas ao candidato com deficiência as prerrogativas que lhe são facultadas desde que observado os procedimentos específicos previstos, ficando ciente que o laudo médico apresentado conforme subitem 5.8 deste Edital será encaminhado à Divisão de Serviço de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho da UEM, para efeito de confirmação da inscrição na reserva de vaga como candidato com deficiência.

5.6 Os candidatos que se inscreverem como pessoas com deficiência poderão concorrer, além das vagas que lhes são destinadas por Lei, à totalidade das vagas, desde que aprovados e observada a ordem geral de classificação.

5.7 O candidato com deficiência deverá declarar essa condição no preenchimento do formulário eletrônico de inscrição, somente via Internet, no endereço eletrônico www.uem.br/concurso, em link específico do PSS, por meio do qual será disponibilizado o **Formulário para pessoa com deficiência** cujos campos deverão ser integralmente preenchidos pelo candidato para realização da inscrição.

5.8 O candidato inscrito como pessoa com deficiência deverá apresentar, na inscrição, às suas expensas, laudo médico emitido nos 12 (doze) meses anteriores ao último dia do período de inscrição, por especialista da área, atestando a deficiência, devendo constar de forma expressa:

- a) Espécie e grau ou nível da deficiência;
- b) Código correspondente, segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID);
- c) Limitações funcionais.

5.9 Na falta do laudo médico, ou não contendo este as informações indicadas no subitem 5.8, ou ainda nos casos em que o laudo médico não se enquadrar nos critérios legais para definição de pessoa com deficiência, o requerimento de inscrição será processado como de candidato não portador de deficiência, mesmo que declarada tal condição no preenchimento do formulário eletrônico de inscrição.

5.10 O candidato inscrito como pessoa com deficiência que não tiver confirmada essa condição, não terá direito à vaga reservada.

5.11 O candidato com deficiência, se aprovado e contratado, deverá desempenhar todas as tarefas pertinentes às atribuições do professor temporário.

6. DA RESERVA DE VAGA PARA AFRODESCENDENTES

6.1. Ao afrodescendente fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas autorizadas e ofertadas por área de conhecimento (subárea ou matéria), quando o quantitativo de vagas assim o permitir.

6.2. O percentual de vagas a ser reservado será observado ao longo do período de validade do Processo Seletivo, inclusive em relação às vagas que surgirem ou que forem criadas e que vierem a ser preenchidas por candidatos classificados, desde que o quantitativo de vagas assim permita.

6.3. Quando o número de vagas reservadas aos afrodescendentes resultar em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior a 0,5 (zero vírgula cinco), ou para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).

6.4. O candidato à reserva de vaga para afrodescendente participará do concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne:

- a) a avaliação e aos critérios de aprovação;
- b) à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6.5. Para efeito do previsto neste edital, considera-se afrodescendente aquele que assim se declarar no ato da inscrição, identificando-se como pertencente ao grupo racial negro (preto ou pardo), devendo tal informação integrar os registros cadastrais dos selecionados e convocados, conforme o disposto no art. 4.º da Lei Estadual n.º 14.274, de 24 de dezembro de 2003.

6.6. O candidato deverá declarar essa condição no preenchimento do formulário eletrônico de inscrição, no endereço eletrônico www.uem.br/concurso (Menu do Candidato), por meio do qual será disponibilizada a Autodeclaração de Pessoa Negra, cujos campos deverão ser integralmente preenchidos pelo candidato para a realização da inscrição.

6.7. A PRH nomeará uma Comissão de Heteroidentificação para a confirmação da condição autodeclarada quando da convocação para o fim admissional. O candidato que não tiver sua condição autodeclarada confirmada pela comissão não concorrerá às vagas reservadas, mas automaticamente às vagas de ampla concorrência, e nem terá direito às prerrogativas asseguradas neste edital ao candidato afrodescendente.

6.8. Detectada falsidade na declaração a que se refere o subitem 6.6, sujeitar-se-á o candidato às penas da Lei.

6.9. Os candidatos inscritos como afrodescendentes, quando o quantitativo de vagas assim o permitir, concorrerão às vagas reservadas e à totalidade das vagas, desde que aprovados e observada rigorosamente à ordem geral de classificação.

7. DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO E PAGAMENTO DA TAXA

7.1 Para efetuar a inscrição o candidato deverá certificar-se de que atende ou atenderá, até a data da contratação, todos os requisitos estabelecidos para a área pretendida e somente deverá realizar sua inscrição mediante concordância com as normas estabelecidas neste Edital.

7.2 A inscrição com o respectivo pagamento implica, por parte do candidato, no conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e nos demais que vierem a ser publicados durante a realização do PSS, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.

7.3 O pedido de inscrição no PSS será efetuado no período compreendido entre o dia **13/12/2023**, até às 23 horas e 59 minutos (fechamento do sistema) do dia **08/01/2024**, somente via Internet, no endereço eletrônico www.uem.br/concurso, em link específico do PSS, por meio do qual será disponibilizado o link **Formulário de Inscrição**, cujos campos deverão ser integralmente preenchidos pelo candidato para realização da inscrição.

7.3.1 No ato da inscrição, o candidato deverá fazer o Preenchimento da Tabela de Títulos e Currículo (Anexo I deste edital) via sistema de concurso, através do Menu do Candidato na opção anexar títulos e currículo, itens 1 a 3.

7.3.2 O candidato deverá adicionar os arquivos de acordo com os campos dispostos no sistema de inscrição efetuando o envio dos documentos comprobatórios. Para cada item ou pontuação pretendida, o candidato deverá anexar o arquivo do documento comprobatório separadamente.

7.3.3 A soma será automática de acordo com a valoração de cada item da tabela.

7.3.4 Para o envio do Currículo da Plataforma Lattes, o candidato deverá fazer o upload do arquivo no sistema de concurso, opção Anexar Títulos e Currículo, no item 4 da tabela de títulos e currículo.

7.3.5 É de responsabilidade do candidato fazer print da tela de confirmação de envio dos documentos comprobatórios para fundamentar pedidos de reconsideração, se necessário.

7.4 A inscrição será permitida a:

- a) brasileiro nato ou naturalizado, português que tenha obtido a igualdade de direitos, estrangeiro que apresente prova de que está no Brasil em conformidade com a lei brasileira e que atenda aos requisitos estabelecidos neste edital;
- b) portador de diploma de graduação e pós-graduação obtidos em instituições nacionais e reconhecidos ou credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Ministério da Educação (CAPES/MEC);
- c) portador de diploma de graduação obtido no exterior, acompanhado de documento de revalidação no território nacional por instituição competente;
- d) portador de diploma de pós-graduação obtido no exterior, acompanhado de documento de reconhecimento expedido por Instituição de Ensino Superior brasileira competente.

7.5 O candidato estrangeiro pode inscrever-se mediante apresentação de cédula de identidade de estrangeiro ou de passaporte válido, com visto de temporário ou permanente, que faculte o exercício de atividade remunerada no Brasil.

7.6 Para a avaliação de títulos e currículo (Anexo I deste edital), o candidato deverá apresentar os documentos contendo as atividades realizadas até a data de início das inscrições 13/12/2023 do PSS. As atividades realizadas em data posterior ao início das inscrições, caso estejam apresentadas, não serão pontuadas.

7.7 Os documentos comprobatórios de requisito mínimo e das exigências específicas podem ser apresentados na inscrição, como parte integrante do currículo:

- a) diploma de graduação devidamente registrado;
- b) diplomas ou certificados de pós-graduação;
- c) outro documento exigido como requisito mínimo na área/matéria se for o caso.

d) documento de identidade oficial com foto e, no caso de estrangeiro, documento que o autorize a trabalhar no país, conforme legislação vigente.

7.8 O candidato poderá se inscrever em mais de uma área de conhecimento.

7.9 Para cada inscrição o candidato deverá apresentar todos os documentos exigidos e pagar a respectiva taxa de inscrição.

7.10 O recolhimento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia **09/01/2024**.

7.11 O boleto da taxa de inscrição, gerado no momento da inscrição, ficará disponível para *download* ou impressão **até o último dia de inscrição**. Depois disso, não será mais possível acessá-lo, sendo de responsabilidade do candidato a não efetivação da inscrição decorrente da impossibilidade de acesso ao boleto em tempo hábil.

7.12 A efetivação da inscrição se dará mediante o pagamento da taxa de inscrição.

7.13 A Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários não se responsabilizará por pedidos de inscrição não concretizados por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros motivos de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

7.14 O candidato deverá acompanhar, pelo Menu do Candidato, a situação do pagamento da inscrição que deverá estar disponível até 03 (três) dias úteis contados da data de pagamento. Em caso de não compensação bancária o candidato deverá entrar em contato com a Divisão de Recrutamento e Seleção, por meio do correio eletrônico concurso@uem.br e informar o número da inscrição, área de conhecimento ou matéria, número do CPF, data do pagamento, agência e banco de pagamento. O atendimento se dará **exclusivamente** através do e-mail supracitado.

7.15 Não haverá devolução da taxa de inscrição independentemente dos motivos alegados, inclusive na hipótese do não comparecimento para a realização da prova.

7.16 No caso de cancelamento ou anulação do PSS a taxa de inscrição será devolvida.

7.17 Poderá ocorrer isenção do valor da taxa de inscrição nos termos da Instrução Normativa nº 002/2023-PRH, publicada no DIOE, edição 11489, de 24 de agosto de 2023, e disponível no endereço eletrônico www.uem.br/concurso, em link específico do PSS.

7.18 Para os pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição deverão ser observados os seguintes prazos:

- Pedido de isenção: 13 e 14/12/2023
- Resultado do pedido: 18/12/2023
- Pedido de reconsideração: 19/12/2023
- Resultado do pedido: 20/12/2023

8. DA RELAÇÃO DE INSCRITOS

8.1 A Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários, após a verificação da tempestividade e do pagamento da taxa de inscrição, divulgará o resultado das inscrições no endereço eletrônico www.uem.br/concurso, em link específico do PSS.

8.2 No dia **11/01/2024** será publicada a relação das inscrições homologadas no endereço eletrônico www.uem.br/concurso, em link específico do PSS.

8.3 Caberá pedido de reconsideração em face da não homologação da inscrição, desde que realizado no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de publicação do edital com a relação de inscritos e devidamente instruído com cópia do respectivo comprovante do pagamento da taxa de inscrição, e feito em **formulário próprio** a ser disponibilizado no endereço eletrônico www.uem.br/concurso, em link específico do PSS.

9. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

9.1 A Comissão de Seleção será divulgada no dia 22/01/2024, no endereço eletrônico www.uem.br/concurso, em link específico do PSS.

9.2 Constituirá a Comissão de Seleção três professores efetivos, preferencialmente, doutores com formação ou atuação na área de conhecimento do PSS.

9.2.1 Os membros da Comissão de Seleção poderão ser substituídos por docentes efetivos de outra instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC quando houver necessidade do departamento.

9.2.2 Excepcionalmente, poderá compor a Comissão de Seleção um professor aposentado credenciado em programa de pós-graduação *stricto sensu*.

9.2.3 A Comissão de Seleção deverá ter pelo menos um suplente e sua indicação deverá seguir os mesmos critérios dos titulares.

9.2.4 O presidente e o secretário da Comissão de Seleção serão indicados pelo departamento.

9.2.5 A titulação dos membros da Comissão de Seleção deverá ser igual ou superior a dos candidatos inscritos.

9.3 Cada membro da Comissão de Seleção deverá firmar Termo de Compromisso e Declaração de que não se enquadra nas seguintes situações de impedimento ou suspeição com qualquer dos candidatos:

- a) cônjuge ou companheiro, mesmo que divorciado ou separado judicialmente;
- b) parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, inclusive;
- c) esteja litigando judicial ou administrativamente com candidato ou respectivo cônjuge ou companheiro;
- d) tenha participado como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrerem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;
- e) tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum candidato ou com seu cônjuge, companheiro, parentes e afins, até o terceiro grau;
- f) tenha sido orientador ou coorientador de atividades acadêmicas de conclusão de curso de graduação, estágio de iniciação científica ou similar e pós-graduação ou estágio pós-doutoral nos três últimos anos anteriores a data de publicação do Edital;
- g) tenha sido coautor de trabalhos técnico-científicos, inclusive de resumos publicados em anais de reuniões científicas no período dos últimos três anos.
- h) integre projeto de pesquisa, de extensão ou de ensino nos últimos três anos.
- i) tenha ou teve sociedade nos últimos três anos.

9.3.1 Para aferir o tempo para verificação das situações de impedimento e suspeição deve ser considerado o último dia de inscrição.

10. DAS PROVAS E DAS AVALIAÇÕES

10.1 O PSS constará da seguinte etapa:

a) avaliação de títulos e currículo.

10.1.1 A avaliação de títulos e currículo tem caráter classificatório e a análise e a pontuação deve ser realizada de acordo com o disposto na tabela de pontuação constante no Anexo I deste Edital.

10.1.2 Em todos os casos deve ser garantida a materialidade dos testes ou provas, com vistas a assegurar o direito de recurso das decisões proferidas.

10.2 Na pontuação da avaliação de títulos e currículo, assim como na pontuação final, devem ser consideradas até a casa centesimal, desprezando-se as frações de milésimos.

11. DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E CURRÍCULO

11.1 O resultado da pontuação da avaliação de títulos e currículo está previsto para ser divulgado no dia 02/02/2024, no endereço eletrônico www.uem.br/concurso, em link específico do PSS.

11.2 Conforme já instruído no subitem 7.3.2 do presente Edital, o currículo Lattes e os documentos comprobatórios deverão ser anexados no ato da inscrição via sistema do concurso no Menu do Candidato.

11.3 A avaliação de títulos e currículo, de caráter classificatório, será realizada conforme critérios e pontuação constantes no Anexo I deste Edital. Somente serão apreciados e atribuídos pontos às atividades de formação acadêmica e titulação, atividades acadêmicas e experiência profissional constantes na tabela de pontuação e que se enquadrem na área/subárea definida pelo departamento.

11.4 A contagem de pontos será cumulativa e a soma dos pontos será limitada a 1000. A pontuação final, em uma escala de zero a dez, será obtida pela média aritmética simples das pontuações atribuídas pelos membros da Comissão de Seleção, dividido por 100. O resultado deverá ser encaminhado à PRH que deverá fazer a publicação em edital e por meio eletrônico.

11.5 A pontuação da avaliação de títulos e currículo será calculada por meio da média aritmética simples da pontuação atribuída por cada membro da Comissão de Seleção e deverá ser considerada até a casa centesimal, desprezando-se, quando for o caso, as frações de milésimos.

11.6 Os membros da Comissão de Seleção deverão preencher a ata e elaborar relatório contendo os procedimentos adotados e as ocorrências.

11.7 A tabela de pontos resultante da avaliação de títulos e currículo de cada candidato ficará disponível no endereço eletrônico www.uem.br/concurso, em link específico do PSS, no período compreendido entre a publicação do edital de divulgação do resultado da avaliação de títulos e currículo até a publicação da portaria de homologação do resultado final do PSS, podendo o candidato acessá-los durante esse período através do Menu do Candidato.

11.8 Os cursos de pós-graduação de Mestrado e Doutorado deverão ser em programas recomendados ou reconhecidos pela CAPES.

11.9 Na ausência do diploma será aceito documento que comprove a homologação da defesa da dissertação ou tese e que o candidato já cumpriu com todos os requisitos para a outorga do grau acadêmico (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB).

11.10 Os diplomas de Mestrado e Doutorado obtidos no exterior serão aceitos se reconhecidos por universidade brasileira de acordo com o Artigo 48, § 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

11.11 O título de especialista deverá ser obtido em instituição de educação superior devidamente credenciada.

11.12 A experiência e/ou atividade profissional deverá ser assim comprovada:

- mediante registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social - cópia da página com foto, qualificação civil e das páginas com registros e quando necessário, acrescida de declaração do órgão ou empresa constando expressamente a área de atuação;
- mediante apresentação de declaração de pessoa jurídica de direito privado constando, no mínimo, identificação do declarado; período em que trabalhou; cargo/área de atuação e, quando for o caso, atividades desempenhadas e identificação do declarante. As declarações devem ser emitidas em papel timbrado;
- mediante apresentação de declaração ou certidão de tempo de serviço, com especificação da função/cargo/área de atuação, no caso de servidor público;
- mediante apresentação de contratos sociais de constituição de empresa ou alvará de licença do órgão oficial competente, no caso de profissionais liberais;
- mediante apresentação de outros comprovantes obtidos por meio eletrônico e público, desde que fornecido o endereço para acesso;
- mediante comprovação de atuação profissional voluntária.

11.13 Outros documentos que comprovem formação e experiência profissional obtidos no exterior deverão estar acompanhados de tradução para o fim de pontuação no currículo.

11.14 Para os itens da tabela de pontuação de títulos e currículo com delimitação temporal será considerada a data de publicação deste Edital.

12. DO RESULTADO FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

12.1 A data prevista para a publicação do resultado final do PSS na Imprensa Oficial do Estado, através do caderno Suplemento de Concursos Públicos, e no endereço eletrônico www.uem.br/concurso, em link específico do PSS, é dia **15/02/2024**.

12.2 Para ser classificado na prova de títulos e avaliação de currículo, o candidato deverá obter pontuação igual ou superior a 0,3 (zero vírgula três) pontos.

12.3 A classificação dos candidatos deverá obedecer à ordem decrescente da média final obtida.

12.3.1 Em caso de empate, deverá ser observada a vantagem obtida, pela ordem, nos seguintes critérios de desempate:

- tiver idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia de inscrição no PSS;
- o maior tempo de magistério em curso de graduação em instituição de ensino superior;
- o maior tempo de magistério em curso de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior;
- o maior tempo de magistério em curso de pós-graduação *lato sensu* em instituição de ensino superior;
- idade mais elevada.

13. DA IMPUGNAÇÃO

13.1 Do PSS cabe impugnação:

- ao edital normativo do PSS;
- ao membro da Comissão de Seleção.

13.2 Cabe impugnação deste Edital no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia imediato à data de publicação, sob pena de preclusão desse direito.

13.3 O pedido de impugnação será exclusivamente pelo sistema eProtocolo (<http://eprotocolo.pr.gov.br>) e deve ser encaminhado para:

-Órgão: UEM-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Caso o sistema possibilite, indicar ainda:

-Local: UEM/PRH/RES-DIV. DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

13.3.1 Para dúvidas e suporte em relação ao sistema eProtocolo acessar <https://www.administracao.pr.gov.br/eProtocolo>

13.4 A PRH providenciará, no prazo de 03 (três) dias úteis, junto ao departamento, quando for o caso, a manifestação quanto ao solicitado e dará ciência ao requerente.

13.5 Membros da Comissão de Seleção poderão ser impugnados, no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da publicação da portaria de nomeação das comissões, sob pena de preclusão desse direito.

13.6 A solicitação de impugnação dos membros da Comissão de Seleção será por meio eletrônico, no endereço www.uem.br/concurso, via Menu do Candidato.

13.7 Se a impugnação for acatada, a PRH providenciará a indicação e a publicação de portaria com o(s) novo(s) membro(s), ouvido o departamento pertinente, em até 03 (três) dias úteis.

14. DA RECONSIDERAÇÃO

14.1 Do PSS caberá pedido de reconsideração:

- ao edital com o resultado das inscrições;
- ao resultado da avaliação dos títulos e currículo.

14.1.1 O pedido de reconsideração deverá ser instruído na forma e nos prazos estabelecidos neste Edital, sob pena de preclusão desse direito.

14.1.2 O pedido de reconsideração contra o resultado das inscrições será julgado pela PRH e para os demais casos será julgado pela Comissão de Seleção.

14.1.3 O pedido de reconsideração será admitido uma única vez, não cabendo recurso à instância superior.

14.2 O pedido de reconsideração, sem efeito suspensivo, referente ao resultado das inscrições deverá ser apresentado, à PRH, por meio eletrônico disponível em www.uem.br/concurso, no link referente as informações deste edital, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a partir da publicação do edital, sob pena de preclusão desse direito.

14.2.1 O pedido deverá ser instruído, indicando com precisão o ponto sobre a qual versa a solicitação e deverá ser devidamente fundamentado, sob pena de não ser conhecido.

14.2.2 A PRH deverá analisar, consultando o departamento pertinente, quando for o caso, e divulgará o resultado do pedido de reconsideração, em edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

14.3 O pedido de reconsideração do resultado da avaliação de títulos e currículo deverá ser dirigido à Comissão de Seleção, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da publicação do edital com o resultado dessa prova, sob pena de preclusão desse direito, indicando os pontos de discordância da avaliação e deverá ser devidamente fundamentado, por meio eletrônico disponível em www.uem.br/concurso, no link referente as informações deste Edital e formulário específico.

14.3.1 A Comissão de Seleção deverá analisar o pedido e no prazo de 02 (dois) dias úteis o resultado será disponibilizado no Sistema de Concursos, em link específico.

14.3.2 A resposta ao pedido de reconsideração deverá ser justificada e fundamentada, considerando os critérios para a pontuação de títulos e currículo, estabelecidos no Anexo I deste Edital.

14.3.3 Caberá à PRH dar publicidade do resultado do pedido de reconsideração a que se refere o subitem 14.3.2, por meio de edital, no endereço eletrônico www.uem.br/concurso, no link referente as informações deste Edital.

14.3.4 Não caberá pedido de recurso às instâncias superiores contra a decisão da Comissão de Seleção.

15. DO RECURSO

15.1 Caberá pedido de recurso ao Conselho de Administração (CAD), por área de conhecimento ou matéria, por arguição de ilegalidade, com efeito suspensivo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação do resultado da seleção.

15.1.1 O pedido deverá ser instruído, indicando com precisão o ponto sobre a qual versa a ilegalidade e deverá ser devidamente fundamentado, sob pena de não ser conhecido.

15.1.2 A Procuradoria Jurídica (PJU) deverá se pronunciar pela admissibilidade ou não do recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do encerramento do período recursal.

15.1.3 No caso de admissibilidade do recurso, o CAD terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para análise do mérito e só pelo voto de dois terços de seus membros poderá modificar ou anular o resultado da seleção.

16. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

16.1 A contratação obedecerá a ordem classificatória e será efetivada mediante a comprovação dos requisitos exigidos.

16.1.1 O candidato convocado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para declarar o aceite pela vaga temporária, contados da publicação do edital de convocação, e dar atendimento ao requerido no e-mail de convocação, que lhe será enviado na data de publicação do edital de convocação.

16.1.2 O candidato que não atender ao edital de convocação perderá automaticamente a vaga.

16.2 Para o firmamento do contrato, o candidato deverá apresentar todos os documentos exigidos, dentre eles o diploma de graduação, de pós-graduação

ou habilitação legal correspondente constante neste Edital, sem o qual perde o direito ao contrato.

16.2.1 O diploma de graduação obtido no exterior será aceito se revalidado por universidade brasileira de acordo com o artigo 47, § 2º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

16.2.2 Na ausência do diploma de Mestrado e Doutorado será aceito documento emitido pelo órgão de expedição de diplomas que comprove a homologação da defesa da dissertação ou tese e que comprove que o candidato já cumpriu com todos os requisitos para a outorga do grau acadêmico.

16.2.3 No caso de pós-graduação, a apresentação de titulação superior à exigida dispensa a apresentação da titulação mínima, mantida a área.

16.2.4 Os diplomas de Mestrado e Doutorado obtidos no exterior serão aceitos se reconhecidos por universidade brasileira de acordo com o artigo 48, § 3º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, LDB.

16.3 Os cursos de pós-graduação de Mestrado e Doutorado deverão ser em programas recomendados ou reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

16.4 Compete ao departamento em conjunto com a PRH a manifestação sobre o cumprimento dos requisitos exigidos no edital do PSS.

16.5 Para a contratação de estrangeiro será verificada a legislação ou outras normas em vigência.

16.6 Para a contratação o convocado deverá apresentar os documentos da escolaridade exigida e os requisitos exigidos conforme especificado para cada área de conhecimento constante no item 4 deste Edital.

16.7 O convocado deverá apresentar os seguintes documentos.

- a) Certidão de Nascimento ou Casamento ou escritura pública de união estável;
- b) Cédula de Identidade;
- c) CPF;
- d) Título de Eleitor;
- e) Certidão de Quitação Eleitoral;
- f) Comprovante de regularidade da Qualificação Cadastral junto ao E-social;
- g) Comprovação de quitação do Serviço Militar (até 45 anos);
- h) Carteira de Trabalho e Previdência Social (onde consta o nº da carteira, qualificação civil, primeiro contrato de trabalho);
- i) Carteira de Vacinação;
- j) Número e data de cadastramento no PIS/PASEP, se já for cadastrado;
- k) Diploma de graduação e o respectivo histórico escolar;
- l) Certificado ou diploma de pós-graduação e o respectivo histórico escolar;
- m) Comproverantes de outros requisitos;
- n) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos;
- o) Comprovante de residência;
- p) Declaração de bens e rendimentos.

16.8 Ao ser convocado o candidato deverá agendar consulta com o Médico do Trabalho da UEM e apresentar Atestado de Saúde Ocupacional considerando o apto para o exercício da função, objeto da contratação. Para a consulta será necessário levar a Carteira de Vacinação atualizada e obrigatoriamente o Cartão Nacional de Saúde (CNS) - documento de identificação do usuário do SUS.

16.9 O candidato que não puder assumir a vaga assinará termo de desistência. Na impossibilidade de assinatura de termo de desistência, será emitido edital tornando pública a exclusão do processo seletivo. Não será permitida a reclassificação.

16.10 O contrato será para a carga horária semanal já especificada para a área de conhecimento ou matéria, respeitada a compatibilidade de horário e a acumulação legal de cargos.

16.11 É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal e legislação superveniente, sendo acumulável:

- a) dois cargos de professor (Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998);
- b) um cargo de professor com outro técnico ou científico (Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998);
- c) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas (Emenda Constitucional nº 34, de 13/12/2001).

16.11.1 A proibição de acumular estende-se a empregos, funções, proventos de aposentadoria e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

16.11.2 Para a contratação o candidato deverá comunicar se já possui outro cargo, emprego ou função pública e ao se encontrar na situação de acúmulo legal deverá apresentar o horário de trabalho já existente para aferição da compatibilidade de horário com a jornada de trabalho a ser assumida na UEM.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 O professor temporário não poderá participar de qualquer reunião no âmbito do departamento para tratar de abertura de processo seletivo, assim como para indicação de nomes para a composição da comissão de seleção, sob pena de exclusão automática do respectivo certame, ou na fase na qual seja identificada tal irregularidade.

17.2 O contrato de professor temporário deverá ser nos regimes de tempo parcial ou integral, sempre por prazo determinado de até um ano, podendo haver prorrogação, desde que o tempo total não ultrapasse 02 (dois) anos do contrato.

17.2.1 O candidato deverá manter os dados para contato atualizados durante a validade da seleção.

17.2.2 Alteração de dados cadastrais deverá ser solicitada exclusivamente por meio eletrônico no e-mail concurso@uem.br, à Divisão de Recrutamento e Seleção.

17.2.3 O processo de seleção terá validade de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da homologação do resultado final, sem prorrogação.

17.3 O candidato que tenha sido afastado por cometimento de falta grave, mediante processo administrativo ou demitido por justa causa pela Universidade Estadual de Maringá será eliminado da lista de classificação.

17.4 Não será contratado o candidato que tenha sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos.

17.5 O contratado ao completar 75 (setenta e cinco) anos de idade terá o contrato encerrado, nos termos do artigo 2º da Lei Complementar 152, de 03 de dezembro de 2015.

17.6 Preenchidas as vagas iniciais previstas neste Edital e surgindo novas vagas durante a validade do PSS, poderão, por conveniência administrativa, serem convocados outros candidatos aprovados para o suprimento de vagas com carga horária igual ou distinta da prevista neste Edital, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação.

17.7 A publicação do resultado final do PSS na Imprensa Oficial do Estado do Paraná comprova e oficializa a aprovação do candidato. A Universidade Estadual de Maringá, por meio da Divisão de Recrutamento e Seleção, disponibilizará o link com a matéria publicada e não expedirá declaração referente ao resultado final da seleção.

17.8 A inscrição no PSS implicará no conhecimento e aceitação, por parte do candidato, das normas estabelecidas neste Edital e na Resolução nº166/2021-CAD disponível no endereço www.scs.uem.br e www.uem.br/concurso

17.9 A inexistência de declarações ou de dados e a irregularidade na documentação verificada em qualquer etapa do PSS resultará na eliminação automática do candidato, sem prejuízo das sanções penais, e no caso de alguma irregularidade constatada após a contratação e será apurada nos termos da legislação em vigor, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

17.10 A aprovação no PSS não assegura ao candidato o direito de ingresso no cargo/função ou emprego, sendo que a contratação será efetivada, atendendo ao interesse, à conveniência da Administração, bem como à legislação pertinente.

17.11 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Administração.

Maringá, 28 de novembro de 2023

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários
ANEXO I

AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E CURRÍCULO

TABELA DE PONTUAÇÃO

I - FORMAÇÃO ACADÊMICA/TITULAÇÃO NA ÁREA DA SELEÇÃO
(máximo de 200 pontos)

Doutorado na área da seleção e/ou aprovação de tese de Livre Docência	200
Créditos completos de Doutorado, com aprovação na qualificação, na área da seleção	150
Mestrado na área da seleção	100
Especialização <i>lato sensu</i>	50
Residência	50

OBS: Será considerado apenas o título na área da seleção e com a maior pontuação.

II - ATIVIDADES ACADÊMICAS

Pontuação por obra ou atividade (máximo de 400 pontos)

1. Artigos Publicados, indexados ao Qualis/CAPES, na área da seleção nos últimos cinco anos	
Qualis A1	100
Qualis A2	80
Qualis A3	70
Qualis A4	60
Qualis B1	50
Qualis B2	45
Qualis B3	40
Qualis B4	35
Qualis C	10
2. Livros de interesse na área, publicados no exterior, com SSN e com corpo editorial nos últimos cinco anos	
Autor	100
Autor de capítulo	50
Tradutor/revisor técnico	25
Coordenador/organizador	25
Editor	15
3. Livros de interesse na área, publicados no Brasil, com ISSN e com corpo editorial nos últimos cinco anos	
Autor	80
Autor de capítulo	40
Tradutor/revisor técnico	15
Coordenador/organizador	15
Editor	10
4. Livros de interesse na área nos últimos 05 anos	
Autor	50
Autor de capítulo	25
Tradutor/revisor técnico	10
Coordenador/organizador	10
Editor	05
Livros que não se enquadram nos itens acima	10
5. Orientações concluídas - pontuação por ocorrência nos últimos cinco anos	
Doutorado	80
Estágio Pós-Doutoral	50
Mestrado	50
Especialização	15
Iniciação científica, tecnológica, extensão e ensino	15
Graduação (trabalho de conclusão, estágio, monitoria)	05
Residência	30
OBS: Para as coorientações, deve ser computada a metade dos pontos.	
6. Projetos de ensino, pesquisa ou extensão nos últimos cinco anos - pontuação por ano de realização	
Coordenação de projetos aprovados e/ou financiados por agências ou órgãos governamentais ou não	20
Participação em projetos aprovados e/ou financiados por agências ou órgãos governamentais ou não	10
Coordenação de projetos aprovados institucionalmente em andamento ou concluídos	05
Participação em projetos aprovados institucionalmente em andamento ou concluídos	02
7. Bancas e comissões julgadoras nos últimos 05 anos	
Doutorado (não pontuar quando for o orientador)	40
Mestrado (não pontuar quando for o orientador)	20
Especialização (não pontuar quando for o orientador)	10
Graduação (não pontuar quando for o orientador)	05
Concurso público, teste seletivo	05
8. Participação em eventos científicos na área do teste seletivo nos últimos 05 anos	
Coordenação de evento nacional ou internacional	35
Coordenação de evento regional ou local	15
Palestrante de evento internacional ou nacional	20
Palestrante de evento regional ou local	05
Ministrante de mini curso	05
Apresentação de trabalho científico, com publicação de texto completo em anais de eventos nacionais ou internacionais	10
Apresentação de trabalho científico, com publicação de texto completo em anais de eventos regionais ou estaduais	02
Apresentação de trabalho científico, com publicação de resumo em anais de eventos nacionais ou internacionais	01
Apresentação de trabalho científico, com publicação de resumo em anais de eventos regionais ou estaduais	0,5
Participação em evento	0,3
9. Produção artística / cultural / didática na área nos últimos cinco anos	
Produção de material audiovisual: vídeos, CD's, DVD's e Portfólios	20

Montagem, curadoria, organização de eventos, direção de espetáculos (musicais, peças teatrais, danças e artes visuais) apresentada ao público em eventos reconhecidos como de abrangência internacional	40
Montagem, curadoria, organização de eventos, direção de espetáculos (musicais, peças teatrais, danças e artes visuais) apresentada ao público em eventos reconhecidos como de abrangência nacional	35
Montagem, curadoria, organização de eventos, direção de espetáculos (musicais, peças teatrais, danças e artes visuais) apresentada ao público em eventos reconhecidos como de abrangência local	18
Atuação como intérprete em eventos artísticos (de música, artes cênicas e artes visuais), em âmbito internacional.	40
Atuação como intérprete em eventos artísticos (de música, artes cênicas e artes visuais), em âmbito nacional	20
Autoria de obras artísticas (música, artes cênicas e artes visuais) apresentadas publicamente em âmbito internacional	40
Autoria de obras artísticas (música, artes cênicas e artes visuais) apresentadas publicamente em âmbito nacional	20
10. Produção técnica na área nos últimos cinco anos	
Licenciamento de patentes de produtos e processos	150
Registro de patentes de produtos e de processos	100
Depósitos de patentes	50
Softwares relevantes na área	150
Produção de material audiovisual relevante na área, aprovado e financiado por instituições de ensino e de pesquisa	40
Produção de material audiovisual relevante na área sem financiamento	20
11. Prêmios e Títulos nos últimos cinco anos	
Prêmios, distinções e laureas outorgados por entidades científicas, acadêmicas ou artísticas	20
III - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL/(máximo de 400 pontos)	
1. Magistério nos últimos cinco anos / Pontuação por semestre	
Magistério em curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	30
Magistério em curso de pós-graduação <i>lato sensu</i>	20
Magistério em curso de graduação	30
Magistério no ensino fundamental, médio e técnico	10
Magistério em curso de treinamento ou extensão	03
Cursos não curriculares ministrados na especialidade, com carga horária acima de 40h/a	03
2. Atividades administrativas nos últimos cinco anos	
2.1 - Pontuação por atividade	
Coordenação de curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	80
Coordenação de curso de pós-graduação <i>lato sensu</i>	20
Coordenação de curso de graduação	80
Participação em Conselhos Superiores (não cumulativa com coordenação de curso)	10
Participação em atividades administrativas de Instituições de Ensino Superior (chefia, diretoria de unidades, pró-reitorias, etc.)	40
Participação em Núcleo Docente Estruturante e/ou Conselho Acadêmico de curso de graduação	10
Coordenação de comissões e/ou comitês de órgãos de fomento e/ou de avaliação/regulação	20
2.2 - Experiência profissional na área nos últimos cinco anos	
Pontuação por ano	
Experiência profissional na área da seleção, comprovada em carteira profissional ou equivalente	10 pontos por ano
3. Aprovação em concurso público para o magistério superior nos últimos cinco anos (por aprovação)	
03	
Total de pontos da avaliação de títulos e currículo = 1000 pontos	
Total de pontos do candidato = Soma dos Itens I, II e III	
Nota final da avaliação do candidato = total de pontos dividido por 100	

131210/2023

UENP**EDITAL Nº 005/2023-CO**

O Presidente da Comissão Organizadora e da Comissão Especial, Prof. Dr. Pedro Henrique Carnevalli Fernandes, designado pela Portaria nº 017/2023-PRORH, de 01/06/2023, publicada no DIOE nº 11434, de 06/06/2023, no exercício regular de seu cargo e prerrogativas legais de suas funções, em conformidade com o Edital nº 130/2023-PRORH, de 01/06/2023, publicado no DIOE nº 11434, de 06/06/2023, e demais publicações, torna público o **EDITAL DE RESULTADO DA ANÁLISE DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DIDÁTICA – BLOCO II**, do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento do Cargo de Professor de Ensino Superior da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, conforme segue:

Protocolo	Resultado da análise*
21.347.534-7	Acolhido e não provido , nos termos do protocolo
21.347.535-5	Acolhido e não provido , nos termos do protocolo
21.347.536-3	Acolhido e não provido , nos termos do protocolo
21.347.539-8	Acolhido e não provido , nos termos do protocolo

*o protocolo foi enviado no e-mail do requerente.

Cornélio Procópio (PR), 27 de novembro de 2023.
Prof. Dr. Pedro Henrique Carnevalli Fernandes
Presidente da Comissão Organizadora e da Comissão Especial
Coordenador de Processos Seletivos da UENP

EDITAL Nº 304/2023-PRORH

A Pró-Reitora de Recursos Humanos da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Profa. Dra. Maria José Quina Galdino, no uso de suas atribuições legais e exercício regular do seu cargo,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar público o **edital de resultado final da prova didática (Bloco II)** do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento do Cargo de Professor de Ensino Superior da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, conforme Edital nº 130/2023-PRORH, de 01/06/2023, publicado no DIOE nº 11434, de 06/06/2023:

CAMPUS DE JACAREZINHO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE